

Sujeito do Inconsciente e Interdiscursividade:

observações sobre a interseção dos conceitos

YEDA SWIRSKI DE SOUZA¹
PUCRS

1 – ANÁLISE DO DISCURSO DA ESCOLA FRANCESA E PSICANÁLISE

Os conceitos de *Sujeito do Inconsciente* e *interdiscursividade* pertencem em princípio a dois campos distintos. O primeiro é próprio à psicanálise na abordagem de Jacques Lacan, enquanto o segundo responde por problemas da Análise do Discurso da Escola Francesa (AD).

A aparente separação entre campos para estes dois conceitos dá lugar, no entanto, na AD, às iniciativas de aproximação. Pode-se considerar que tal aproximação conceptual está relacionada às questões teóricas e epistemológicas com que se defronta a AD na análise das *formações discursivas*¹ que podem ser reveladoras das *formações ideológicas* que se atravessam em toda ação social.

Situamos essas questões teórico-epistemológicas no entrecruzamento das seguintes circunstâncias:

(1) a AD está impossibilitada de sustentar uma teoria idealista do sujeito, tomando-o como agente autônomo da ação, já que compromete-se com a concepção que a sociedade é determinada pelas *condições ideológicas da reprodução/transformação da produção*, como repetidas vezes afirma Pêcheux ([1975]1995);

¹ Psicanalista e doutoranda em psicologia.

² Conceito tomado em Foucault, *Arqueologia do Saber*, e que segundo Maingueneau (1993) pode ser considerado como o objeto ao qual se dedica a AD.

(2) a AD procura se situar no interior do campo lingüístico no qual não encontra uma teoria da enunciação suficientemente consolidada que permita considerar o *sujeito da enunciação* como diferente do *sujeito gramatical*, o que seria necessário para sustentar a noção que um discurso, ou nas palavras de Pêcheux ([1975]1995), uma *formação discursiva*, é atravessado por outro discurso, isto é, um *interdiscurso*;

(3) a psicanálise, a partir de seus próprios desenvolvimentos, contribui para o estabelecimento de uma *teoria do sujeito* que pode situá-lo fora da dimensão cartesiana ou idealista, parecendo deste modo apropriada como solução aos impasses da AD no que se refere à questão do *sujeito*.

Ao sabor destas circunstâncias, a teoria do sujeito esboçada pela psicanálise, ou melhor dizendo por Lacan, penetra a AD através de caminhos singulares.

Um destes caminhos é a abordagem que Althusser faz da teoria lacaniana exposta especialmente no texto *Freud e Lacan* e, mais tarde, a valorização que esta abordagem ganha no texto de Pêcheux ([1975], 1995), *Semântica e Discurso*.

A hipótese de trabalho aqui adotada é que Althusser e Pêcheux privilegiam uma leitura dedutível de uma primeira fase que Lacan mesmo ocupa-se de rever e o faz, de modo especial, no seminário dos anos 1964/5 – *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Para os leitores interessados na AD, todavia, os textos citados de Althusser e Pêcheux permanecem como passagem obrigatória no que se refere às interseções com a psicanálise.

A pretensão deste ensaio é a de uma revisão crítica deste caminho específico de incorporação da abordagem psicanalítica de uma teoria do sujeito, considerando-se que ele é parcial na abordagem do *Sujeito do Inconsciente* pois pouco atento rigorosamente ao conceito de desejo e à dimensão pulsional, ou seja, ao real no sentido psicanalítico.

Percebe-se nos textos de Althusser e Pêcheux uma visão do assujeitamento ao Outro e uma aproximação entre *formação discursiva* e *formação ideológica* que, embora cara à AD e à teoria sobre as formas de dominação da ideologia, não chega a representar efetivamente a contribuição de Lacan a uma teoria do sujeito.

2 – FREUD E LACAN EM ALTHUSSER

Althusser publica na revista *La Nouvelle Critique*, edição de dezembro/janeiro 1964/1965, o artigo com título *Freud e Lacan*.

As circunstâncias de publicação deste artigo não são negligenciáveis. Althusser mesmo, na nota preliminar ao artigo, adverte que é preciso atravessar o “*imenso espaço de preconceitos ideológicos que nos separa de Freud*”.³ O leitor suposto, isto é claro, são os marxistas franceses que já haviam denunciado a psicanálise como uma “ideologia reacionária”.

Althusser quer resgatar para este grupo a descoberta revolucionária de Freud para além dos reducionismos do qual ela se torna objeto.

Naquele momento histórico-político-epistemológico, a retomada de Freud se estabelece sob a relação de três fatores assim definidos por Althusser:

“1º não somente recusar, como uma grosseira mistificação, a camada ideológica de sua exploração reacionária;

2º mas, além disso, evitar cair nos equívocos, mais sutis, e sustentados pelos prestígios de algumas disciplinas mais ou menos científicas, do revisionismo psicanalítico;

3º e, finalmente, consagrar-se a um trabalho sério de crítica histórico-teórica, para identificar e definir, nos conceitos que Freud tem de empregar, a verdadeira relação epistemológica existente entre esses conceitos e o conteúdo que eles pensavam.” (Althusser [1964/5] 1984, p. 48)

Lacan é quem se mostra capaz de realizar este tríplice trabalho e é através dele que Althusser reintroduz a psicanálise no movimento marxista francês.

Convém lembrar qual é a posição de Althusser no contexto do próprio movimento marxista. Na conjuntura político-filosófica dos anos 60, Althusser intervém por um lado com uma postura contrária ao marxismo que se tornara doutrina de estado e, por outro lado, com a preocupação de redefinições filosófico-epistemológicas (Evangelista, 1984).

Segundo Evangelista (1984) *Freud e Lacan* é mais um texto de luta teórica, um ato político, do que propriamente uma introdução ao pensamento de Lacan.

Althusser e Lacan empreendem reformulações nos movimentos aos quais pertencem, marxismo e psicanálise respectivamente. O fascínio e a identificação que um exerce sobre o outro não são difíceis de deduzir.

Evangelista (1984) entende que Althusser busca através de Lacan e dos esforços que este realiza no interior da teoria psicanalítica

³ As citações do texto *Freud e Lacan* foram tomadas da tradução de Walter José Evangelista para o português in Althusser, Louis (1964/5). *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ca bases para um esforço semelhante a ser realizado da teoria marxista.

Não é nosso propósito aqui penetrar nos detalhes desta questão e para tanto remetemos ao trabalho exegético de Evangelista (1984). Esses aspectos contextuais, contudo, podem contribuir para compreender como se estabelece o viés da leitura althusseriana de Lacan.

Na terceira parte do artigo de Althusser encontramos os pontos que são aqui de especial interesse.

Em primeiro lugar, trata-se do recurso de Lacan à lingüística:

"[...] o lapso, o ato falho, o chiste e o sintoma se tornavam como os elementos do próprio sonho: Significantes, inscritos na cadeia de um discurso inconsciente, dublando em silêncio, ou seja, em voz ensurdecadora, no desconhecimento do 'recalcamento', a cadeia do discurso verbal do sujeito humano. Com isso, éramos introduzidos ao paradoxo, formalmente familiar à Lingüística, de um discurso duplo e uno, inconsciente e verbal, só tendo como campo duplo um campo único sem nenhum além a não ser em si mesmo: o campo da 'cadeia significante'." (Althusser [1964/5] 1984, p. 63)

Ao tomar os processos inconscientes identificados por Freud a partir de conceitos lingüísticos, Lacan permite que Althusser considere que se ganha "inteligência do processo tanto do discurso inconsciente, quanto do discurso verbal do sujeito, e de sua relação, ou seja, de sua não-relação idêntica à sua relação, em síntese de seu redobramento e de sua defasagem [...]" (p. 63).

O discurso inconsciente enquanto um discurso do sujeito que pode ser de sua não-relação, ou seja, que pode ser heterogêneo ao discurso enunciado do lugar onde o sujeito se reconhece enquanto eu.

O inconsciente tal como define Lacan, *estruturado como uma linguagem*, serve para que Althusser, a caminho de objetivos próprios, se afaste das interpretações filosófico-idealistas (existencialismo ou fenomenologia) do sujeito.

Há algo que fala em outro lugar (*ça parle*) e é isto que parece interessar Althusser.

Deste atravessamento de discursos às considerações de como isto se institui no humano há um longo percurso a realizar entre as articulações clínicas e teóricas na psicanálise.

³ A tradução de Walter Evangelista que adotamos para as citações opta pelo termo "piada" para traduzir *Witz*; mantivemos a tradução já consagrada em português.

No artigo de Althusser, no entanto, este percurso é rápido. O autor mesmo confessa entre parênteses: "*sinto-me forçado ao mais terrível dos esquematismos, mas como escapar em algumas linhas?*" (p. 64).

O ponto nuclear a esta questão é assim apresentado:

"Está aí, sem dúvida, a parte mais original da obra de Lacan: a sua descoberta. Essa passagem da existência (no puro limite) biológica à existência humana (filho do homem), Lacan mostrou que ela se operava sob a Lei da ordem que eu chamarei Lei de Cultura, e que essa Lei da ordem se confundia, em sua essência *formal*, com a ordem da linguagem [...] a *totalidade dessa passagem* só pode ser apreendida sob a forma de uma linguagem recorrente, só pode ser designada pela linguagem do adulto ou da criança em *situação de cura*, designada, determinada, localizada, sob a lei da linguagem, em que se fixa e se dá toda a ordem humana, portanto, todo papel humano [...]" (Althusser [1964/5] 1984, p. 64)

O esquema de Althusser reconhece dois momentos para o Édipo: o primeiro momento como imaginário, da relação dual; o segundo momento como simbólico, quando a relação dual é rompida pela entrada de um terceiro elemento representando a Ordem Simbólica.

Althusser destaca então que os dois momentos são dominados pelo Simbólico, cuja dialética determina já a relação dual da criança com a mãe. O pequeno ser, a cria do homem, vem ao mundo já com uma inscrição simbólica que o antecede como, por exemplo, um lugar na família, na sociedade, nas determinações de gênero, entre outras.

É ao considerar a soberania da *Ordem Simbólica* na *humanização*, na passagem do biológico ao humano, ou ainda, no processo de subjetivação que Althusser enlaça *Ordem Simbólica, linguagem, Cultura e Ideologia*.

O que há de problemático no texto de Althusser é que ele identifica de tal modo linguagem (*Ordem do significante*) e Ordem da Lei e do Direito / Lei da Cultura a ponto das formas definidas como *empíricas* da relação dual, mãe/criança, ganharem o sentido da pura transmissão cultural.

As *estruturas de parentesco* e as *formações ideológicas* se instituiriam então através desta suposta transmissão:

"[...] a lei da Cultura, da qual a linguagem é a forma e o acesso primeiros não se esgota na linguagem: ela tem, por conteúdo, as estruturas reais do parentesco e as formações ideológicas determinadas, nas quais as personagens inscritas nessas estruturas vivem a sua função. Não basta saber que a família ocidental é pa-

ou dito de outro modo, disruptivas com relação ao circuito do amor e da demanda.

3 – PÊCHEUX E A FORMA-SUJEITO DO DISCURSO

Defendendo a hipótese de não transparência da linguagem, Pêcheux ([1975], 1995) afirma que o sentido das palavras e dos enunciados depende do “todo complexo das formações ideológicas” (p. 160). Esta dependência é explicada através de duas teses:

1. A primeira tese sustenta que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidas ou reproduzidas. Pêcheux resume esta tese dizendo que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Ainda, esta tese sustenta que é a *formação discursiva* que numa *formação ideológica* determina o que pode e deve ser dito. A *formação discursiva* é, assim, o lugar da constituição do sentido. Note-se bem que a *formação ideológica*, base para a *formação discursiva*, é neste contexto teórico determinada pelo estado da luta de classes.

2. Na segunda tese, Pêcheux introduz o conceito de *interdiscurso*. Afirma que “o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso que determina essa formação discursiva como tal” (Pêcheux [1975], 1995 p. 161/2).

Na articulação entre estas duas teses percebemos uma pretensa aproximação com a psicanálise.

Pêcheux conclui que é a Ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos do seu discurso através das formações ideológicas.

O conceito de Ego como imaginário e resultado do *assujeitamento* ao Outro, tomado na psicanálise, permite uma visão não idealizada do sujeito que é tão importante para a AD.

Entendemos que uma visão idealizada é aquela das possibilidades do livre arbítrio do indivíduo, ou mesmo, da possibilidade que o sentido de um enunciado seja exatamente aquele pretendido por este que enuncia.

Pêcheux observa que há um “*caráter comum das estruturas-funcionamento da ideologia e do inconsciente*” (Pêcheux [1975], 1995 p. 152).

A figura do “efeito Münchhausen”, o barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos, é evocada para dar conta desta *estrutura-funcionamento*.

O *sujeito*, num sentido psicanalítico, não é o indivíduo mas articula-se na relação entre significantes podendo se produzir enquanto efeito de enunciado. Isto implica em considerar a hipótese, básica na psicanálise, que o eu que fala é também falado desde um outro lugar que é de desconhecimento, inconsciente.

Na AD, o indivíduo se faz *sujeito* das condições histórico-ideológicas que preexistem à sua existência singular. A autoria de sentidos expressos por um indivíduo não seria mais do que pura ilusão. Ou ainda, a identidade com a qual o eu se reconhece é calçada sobre o desconhecimento de sua condição de assujeitamento.

O caráter comum das estruturas-funcionamento da ideologia e do inconsciente está, a nosso ver, na concepção que não é possível fazer solução de continuidade no que se refere ao *sujeito* e o que o constitui. Não é pensável um exterior e um interior relacionados ao *sujeito* e aquilo que o constitui.

Essas relações, que parecem paradoxais, convocam uma lógica orientada por princípios diferentes daqueles consagrados pela lógica clássica, para a qual é impossível admitir a não contradição como a de um elemento que esteja ao mesmo tempo dentro e fora de um mesmo lugar.

Freud, na interpretação dos Sonhos, apresenta uma lógica que rejeita os princípios de não-contradição e de identidade. Para o inconsciente pode-se admitir que $A=A$ e $A \neq A$. Da mesma forma, a linguagem admite que um mesmo significante ou expressão possam até expressar sentidos contrários como, por exemplo: “mas que inteligente!” (Darmon, 1994).

Pêcheux ([1975] 1995) entende que as oposições entre ciência e ideologia, lógica e lingüística devem ser revistas. A descontinuidade tradicionalmente atribuída a esses campos não se sustenta em sua concepção da *teoria do discurso*. Para esta revisão, uma teoria do sujeito que suporte o princípio de não contradição entre interior e exterior é importante.

Repensar o estatuto do *sujeito* é uma condição que se impõe uma vez que se propõe continuidade entre ciência e ideologia; lógica e lingüística:

“Procuramos desenvolver ao máximo a concepção idealista que ameaça a ‘teoria do discurso’, a partir de diversos pontos de ataque, que podem ser resumidos da seguinte maneira: o primeiro desses pontos diz respeito a uma interpretação formalista dos mecanismos lingüístico-discursivos do *encaixe* (determinação) e da *articulação de enunciados*; interpretação que leva ao segundo ponto, que consiste no acobertamento da oposição *ciências/ideologia* pelo par idealista Lógica (= ciência)/matemática. Ora [...] essas interpretações e acobertamentos idealistas encontravam seu

fundamento num terceiro ponto, a saber, o efeito ideológico 'sujeito', pelo qual a subjetividade aparece como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação" (Pêcheux [1975] 1995 p. 130/1).

Interdiscursividade e Sujeito do Inconsciente são conceitos que respondem a necessidades lógicas semelhantes e, deste modo, o apelo que a AD faz à psicanálise torna-se, aparentemente, legítimo.

O divisor de águas entre as disciplinas, no entanto, logo aparece.

Onde, em sua teoria do sujeito, a psicanálise situa *falta no campo do Outro* como possibilidade inscrita da estrutura subjetiva, a AD propõe as *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção*.

Como afirmávamos acima, na análise do texto de Althusser, encontramos na *teoria do sujeito* que se esboça na AD um circuito que se fecha sobre si mesmo. Se há inspiração psicanalítica, é preciso considerar que ela é apenas parcial.

A condição desejante do humano, marginal e fugaz, porém possível desde um ponto de vista psicanalítico, é apagada na assimilação na teoria pela AD.

O *sujeito* para a AD não é o indivíduo livre pensante pois é histórica e ideologicamente determinado apesar de si mesmo. Mas, para a AD parece apenas interessar a concepção psicanalítica de sujeito enquanto este é tomado integralmente pelo campo do Outro (Ordem Simbólica; Cultura). Se é assim, para a AD não há sintoma, inibição, angústia e nem mesmo riso e poesia.

4 – O SUJEITO E O OUTRO

Por que, na psicanálise, falar-se do *sujeito* se é do inconsciente que se trata? (Lacan, [1964/5], 1979).

Há algo de novo com relação a uma teoria do *sujeito* que se deduz do trabalho freudiano, e Lacan insiste sobre isto.

A filosofia cartesiana pode situar o *sujeito* enquanto correlativo às possibilidades do pensar.

Se Freud coloca em evidência que há *pensamentos inconscientes*, quais os efeitos disto para uma teoria do *sujeito*?

Lacan diz que "é impossível representar esses pensamentos de outro modo que não na mesma homologia de determinações em que o *sujeito* do *eu penso* se acha em relação à articulação do *eu duvido*" (Lacan [1964/5], 1979 p. 46/7).

O enunciado *eu penso* supõe uma enunciação *eu duvido*. Se há pensamentos inconscientes é preciso, então, que a enunciação que sustenta o *eu penso* esteja para além ou para alguém do *eu duvido*.

Aí reside a novidade sobre o *sujeito* para a psicanálise e desde um ponto de vista lacaniano, em particular.

A sustentação enunciativa do pensar não se restringe à dúvida sistemática como deduz Lacan a partir de Descartes. Esta sustentação se estende ao inconsciente. Como efeito, é preciso considerar que o *sujeito* é correlativo ao *inconsciente*

Nos limites do pensar encontramos fenômenos marginais (sonhos, atos falhos, chistes, inibição, sintoma, angústia) que colocam em cena, ou melhor, na linguagem, o que Freud reconhece como *inconsciente*.

Trata-se, como se evidencia nos sonhos, de redes de significantes que se articulam sob leis diferentes daquelas reconhecidas pela lógica tradicional.

O *sujeito* está aí, inscrito nestas redes de significantes, representado por significantes.

Desde um ponto de vista psicanalítico, lacaniano em particular, o *sujeito* é inapreensível, ou seja, não se constitui enquanto um referente inequívoco para um nome próprio. Diferente do lugar onde buscaríamos o *eu*, *sujeito* define o lugar onde o *eu* não está mas que paradoxalmente condiciona o seu existir, produz efeitos.

Os efeitos de *sujeito* no discurso ou, em outras palavras, as formações do inconsciente, surgem na diacronia do discurso como descontinuidade, podendo levar a resignificação dos enunciados. Lapsos, atos falhos, homofonias, metáforas, metonímias, prosódia podem representar descontinuidade enunciativa no discurso que se oferece a uma escuta psicanalítica.

Deste modo, é no campo da linguagem que o *sujeito* pode advir através de efeitos significantes. Lacan diz que é no Outro, ou seja, no lugar em que se situa a cadeia significativa, onde o *sujeito* tem de aparecer (Lacan [1964/5], 1979 p. 194).

Os efeitos de *sujeito* são fugazes. Eles têm uma estrutura temporal, de abertura e fechamento, como diz Lacan ([1964/5] 1979).

Um ponto crucial e ao qual gostaríamos aqui de dar destaque é que a *dinâmica pulsional* está na base desta concepção do *sujeito*. Sem considerar a *pulsão*, corre-se o risco de se perder o que diferencia as hipóteses psicanalíticas de uma concepção filosófica ou lingüística sobre o *sujeito*.

Quando se supõe que a palavra emerge num mundo natural, ou seja, quando pela teoria se constrói esta ficção, é preciso admitir também que o corpo e suas necessidades são tomados pela *ordem simbólica*. O efeito disto é aceitar que diante da linguagem a

ordem da natureza é impensável e, do mesmo modo, torna-se impensável o encontro de objetos que satisfaçam de modo pleno às faltas do corpo. Cria-se um campo de indeterminação quando se considera o mundo enquanto simbolicamente constituído. Pode-se entender a pulsão como um resto de indeterminação que se mantém no humano por sua condição de ser sujeito à linguagem, ou ainda, como o que diz respeito às relações entre o corpo e os objetos do mundo (Garcia-Roza, 1990).

Desde este ponto de vista, o humano encontra-se numa condição inevitável de errância. A pulsão não tem um objeto próprio. Os objetos se constituem através de mediações simbólico-imaginárias.

Ter em conta o entrecruzamento entre *Ordem Simbólica* e esta condição de indeterminação do humano, a pulsão, é fundamental para não reduzirmos a teoria da constituição do sujeito a partir da linguagem a um processo de aculturação e socialização progressivos.

A pulsão exerce um papel de ruptura, necessário para considerar que se o ser é sujeito à linguagem isto se dá sob a condição de que os objetos que se criam através dos sentidos que se tecem na linguagem estão sob o risco da provisoriedade.

Lacan ([1964/5], 1979, cap. XVI/XVII) define duas operações entre o *sujeito* e o Outro: alienação e separação. Convém lembrar que o campo do Outro confunde-se com o campo da linguagem, lugar da cadeia significativa, lugar onde o *sujeito* pode advir.

Alienação define o encontro do sentido do *sujeito* no Outro e isto ocorre sob o risco do seu (o *sujeito*) desaparecimento (afânise).

Separação testemunha que a *alienação* no Outro guarda algo de irreduzível, o *desejo*, para além e aquém do Outro. Este ponto irreduzível conduz de modo recorrente ao campo do Outro numa nova operação de alienação que mantém novamente um ponto irreduzível, o *desejo*, que reinstala a operação de alienação e assim por diante...

Pode-se dizer que o *desejo* representa a pulsão na subjetividade que constitui simbólica e imaginariamente objetos (sentidos) que possam concorrer para sua (do *desejo*) satisfação, cujo destino é o de jamais encontrar a plenitude. Dito de outro modo, os sentidos que o *sujeito* encontra no campo do Outro, estes sentidos aos quais se *assujeita*, jamais poderão representá-lo (o *sujeito*) totalmente porque há algo da ordem da pulsão (ou do real como define Lacan) capaz de romper a relação com o objeto/sentido e convocar a uma resignificação.

5 – SUJEITO DO INCONSCIENTE E INTERDISCURSIVIDADE

Algumas observações e interrogações se impõem sobre a interseção dos conceitos *Sujeito do Inconsciente* e *interdiscursividade*.

A Análise do Discurso padece de um impasse teórico com relação a uma *teoria do sujeito* e faz recurso à psicanálise. Esta última, no entanto, não pode trazer soluções plenamente adequadas à primeira.

Contudo, a interseção entre AD e psicanálise que aqui representamos através de dois conceitos chave (*sujeito do inconsciente* e *interdiscursividade*) não é totalmente inexistente. Há interseção, porém limitada.

A AD e a psicanálise coincidem, por um lado, em afirmar que o *eu* não é a fonte privilegiada dos enunciados pois é falado desde outro lugar, ou seja, os enunciados inevitavelmente desvelam heterogeneidade e polifonia. Por outro lado, o *sujeito* histórica e ideologicamente determinado não coincide, a nosso ver, com o conceito de *sujeito* atravessada pelas hipóteses e conceitos criados pela psicanálise.

O *sujeito*, na psicanálise, é inapreensível, indeterminado, assujeitado à linguagem, o que implica em uma condição inevitável de desarmonia com relação aos objetos.

O assujeitamento do indivíduo a determinados sentidos compartilhados na cultura ou determinados por condições históricas específicas pertenceria, do ponto de vista psicanalítico, ao reduto do indecível.

O indecível no que concerne ao *sujeito* não deve pertencer ao campo de interesse da AD.

Não se pode esquecer que o objeto privilegiado da AD são os discursos que se tecem no campo social, analisados segundo uma teoria definida da história e da sociedade. Haverá espaço aí para uma teoria sobre o *sujeito* que supõe que a relação sujeito/objeto está estruturalmente marcada por um desencontro? Se a AD toma como pressuposto básico uma teoria determinista da sociedade como pode conviver com a psicanálise e uma teoria do *sujeito* que aceita a indeterminação?

Apenas uma psicanálise despojada da dimensão do real, da pulsão e do *desejo* poderia coincidir em uma teoria do *sujeito* com a AD. Mas, neste caso, teríamos uma psicanálise reduzida ou talvez adaptada para a interlocução com outra disciplina.

Se a AD e a psicanálise concordam em perceber o *sujeito* como efeito de discurso, é preciso considerar as especificidades do que se entende por *efeito* em cada uma destas disciplinas.

Para a AD o *sujeito* é efeito das formações discursivas e ideológicas.

Na psicanálise o *sujeito* é um efeito da linguagem já que é pela linguagem que ele existe, ou como define Lacan, *ex-siste*.

O caminho que aqui escolhemos para analisar as relações entre AD e psicanálise conduz a essas observações e interrogações. Sabemos que existem outros caminhos que se podem trilhar para semelhante análise e que, talvez, encontrem uma relação mais profícua entre psicanálise e teoria do discurso.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis ([1964], 1985). *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, tradução de Walter José Evangelista.
- DARMON, Marc (1994). *Ensaio sobre topologia Lacaniana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- EVANGELISTA, Walter (1985). Althusser e a psicanálise. In: ALTHUSSER, Louis ([1964], 1985). *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo (1990). *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LACAN, Jacques ([1958/9] 1996). *Le désir et son interprétation*. Publicação interna da Association Freudienne Internationale.
- . ([1964/5] 1979). *O seminário, livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MAINGUENEAU, Dominique (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel ([1975], 1995). *Semântica e Discurso*. Campinas: Unicamp.